



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI MUNICIPAL Nº 1164/96, de 4 de junho de 1996

Estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 1997

O Povo do Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A lei orçamentária para o exercício de 1997 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que for ela pertinente.

**Parágrafo Único.** O projeto de lei orçamentária de que trata este artigo será acompanhado de demonstrativo de efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de qualquer natureza financeira, tributária e creditícia.

**Art. 2º.** As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

**§ 1º.** As receitas de impostos e taxas serão projetadas, tomando-se para base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 1996, até o mês anterior ao da elaboração da proposta, corrigidos monetariamente até dezembro deste ano, levando-se em conta:

I - a expansão do número de contribuintes;

II - a atualização do cadastro técnico do Município.

**§ 2º.** As parcelas transferidas pelos governos Federal e Estadual são as constantes dos arts. 158, IV, e 159, I, b, da Constituição Federal.

**Art. 3º.** As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas em quotas, segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 4º.** A manutenção e ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de receita resultante de imposto, não inferior a 25%.

**§ 1º.** Das parcelas transferidas pelos governos do Estado e da União, mencionadas no art. 2º, também destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela não inferior a 25%.

**§ 2º.** Sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos, será destinada parcela de 25% à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

**Art. 5º.** De acordo com a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, o Município não despendará, com o pagamento de pessoal ativo e inativo, parcela de recurso superior a sessenta por cento do valor da receita corrente, consignada na lei do Orçamento.

**Parágrafo Único.** As despesas com pessoal referidas neste artigo abrangerão:

I - o pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive dos agentes políticos;

II - o pagamento do pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas, aposentados, contratados e dos agentes políticos.

**Art. 6º.** As despesas com o pessoal, referidas no artigo anterior, serão comparadas mês a mês com o percentual de sessenta por cento da receita corrente, efetivamente arrecadada, por meio dos balancetes mensais, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

**Art. 7º.** A abertura de crédito adicional no orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

**Parágrafo Único.** Os recursos disponíveis, de que trata este artigo, são aqueles previstos no art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

**Art. 8º.** Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação deverão estar instruídos por documentos que comprovem a ocorrência superavitária ou sua tendência no exercício.

**Art. 9º.** Sempre que ocorrer excesso de arrecadação, proveniente de receita de impostos, e este for acrescentado à lei orçamentária, por meio de créditos adicionais, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 10.** Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático escolar, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

**§ 1º.** A garantia referida no artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, mediante convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação.

**§ 2º.** Será garantido transporte gratuito aos alunos que frequentam, em cidades vizinhas, cursos não oferecidos pelo Município.

**§ 3º.** As despesas com a suplementação alimentar, desde que feitas com recursos do Município, que não sejam provenientes de convênio, e com a assistência à saúde dos alunos da rede pública municipal de ensino, quando prestada nas próprias escolas, poderão ser computadas para satisfazer o percentual mínimo obrigatório de 25%, estabelecido no art. 212, da Constituição Federal, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 14 de fevereiro de 1991, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

**Art. 11.** Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo até o limite de oitenta por cento do valor da mensalidade, para o atendimento suplementar pela rede particular local ou de cidades vizinhas.

**Art. 12.** A manutenção de bolsa de estudo é condicionada à frequência às aulas e ao aproveitamento mínimos do bolsista, estabelecidos na Lei nº 1.123, de 11 de agosto de 1995.

**Art. 13.** Não serão concedidas subvenções às entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e que não dediquem suas atividades ao ensino, à saúde, à assistência social, à cultura ou ao associativismo.

**Art. 14.** A lei orçamentária garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

**Art. 15.** A lei orçamentária só contemplará dotação para início de obras após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patrimoniais vencidas e dos débitos com a Previdência Social, decorrentes de obrigações em atraso.

**Art. 16.** As despesas com publicidade dar-se-ão à conta de atividades da classificação funcional-programática.

**Art. 17.** Os recursos previstos na lei orçamentária sob o título de reserva de contingência não serão superiores a um por cento da receita estimada para 1997.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 18.** Os órgãos da administração descentralizada, que recebem recursos do Tesouro do Município, apresentarão seus orçamentos detalhados e acompanhados de memorial de cálculos, que justifiquem os gastos, até o dia 1º de agosto de 1996.

**Art. 19.** Só serão contraídas operações de crédito, por antecipação de receitas, quando se configurar eminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento de folha em tempo hábil.

**§ 1º.** A contratação de operações de crédito, para fim específico, somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observado o limite previsto no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

**§ 2º.** Qualquer dos casos de contratação de operações de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

**Art. 20.** As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

**Art. 21.** O poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária ao Poder Legislativo, para apreciação, até o dia 30 de setembro deste ano, conforme estabelece o art. 130, caput e inciso III, da Lei Orgânica do Município, com a redação dada pela Emenda nº 8, de 6 de fevereiro de 1995.

**Art. 22.** A proposta orçamentária será devolvida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, para sanção, até quinze dias antes do encerramento do exercício anterior a que a proposta se refere.

**Art. 23.** As despesas de capital serão programadas segundo as normas estabelecidas nesta Lei.

**Parágrafo único.** São prioridades para investimento em 1997 as ações delineadas neste artigo, observando-se rigorosamente a seguinte ordem:

I - Gabinete e Secretaria do Prefeito: aquisição de equipamento e material permanente, incluído um veículo;

II - Departamento de Administração e Finanças: aquisição de equipamento e material permanente;

III - Departamento de Serviços e Obras Públicas;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

a) aquisição de equipamento e material permanente, para a manutenção de estradas vicinais;

b) aquisição de um trator com implementos, para atender aos pequenos produtores rurais;

c) aquisição e implantação de mata-burros;

d) construção de pontes e abertura de estradas vicinais;

e) construção de um posto policial na entrada da cidade, em convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública;

f) aquisição de uma viatura para o serviço de policiamento ostensivo, em convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública;

g) aquisição de um caminhão;

h) construção de sarjetas, passeios, meios-fios, muros e pavimentação de vias urbanas;

i) reforma, melhoramento e arborização de praças públicas;

j) reforma e melhoria da estação terminal rodoviária;

l) construção de aterro sanitário;

m) aquisição de equipamentos para manutenção de serviços públicos;

n) extensão da rede de iluminação pública;

o) conclusão dos conjuntos habitacionais I e II;

p) construção e instalação de sala para almoxarifado, nas dependências de próprios públicos;

q) construção de um galpão/garagem para o equipamento rodoviário;

r) aquisição ou desapropriação de imóveis para implantação de obras de interesse público.

## IV - Departamento Social:

a) restauração e revitalização da Igreja Santana;

b) reforma, ampliação e melhoramento de prédios escolares do Município;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

c) aquisição de máquinas e equipamentos para os setores de educação e cultura;

d) aquisição de equipamentos para transporte escolar;

e) aquisição de playground para a rede de ensino municipal;

f) construção do terminal do trabalhador rural;

g) reforma e ampliação de casa para população de baixa renda;

h) construção de rede de abastecimento de água potável;

i) aquisição de equipamentos e materiais à manutenção das atividades esportivas;

j) reforma e ampliação do campo de futebol e das quadras poliesportivas.

V - Departamento de Saúde e Vigilância Sanitária:

a) aquisição de equipamentos e instrumentos para atendimento médico e odontológico;

b) aquisição de máquinas, mobiliários e utensílios para o hospital e postos de saúde municipais;

c) reforma, ampliação e melhoramento do prédio do hospital e dos postos de saúde municipais;

d) conclusão da rede de esgoto sanitário e galerias pluviais;

e) construção de estações de tratamento da rede de esgoto.

VI - projetos financiados com recursos vinculados a convênios com outras esferas de governo ou entidades públicas ou particulares;

VII - encargos com a amortização da dívida contratada, previstos para 1997.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

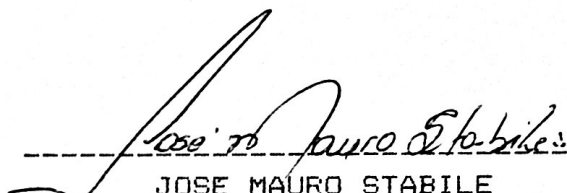


# PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 25. Revogam-se as disposições em  
contrário.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 4 de  
junho de 1996

  
-----  
JOSE MAURO STABILE  
PREFEITO MUNICIPAL